

EVIDÊNCIAS DE ÉPOCA MODERNA NO CASTELO DE CASTELO BRANCO (PORTUGAL)

CARLOS BOAVIDA Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências (IAP) das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve

RESUMO Em Fevereiro de 1979, um aluimento de terras na alcáçova de Castelo Branco, junto à Igreja de Santa Maria, provocado por um temporal, expôs diversos vestígios arqueológicos.

Com o objectivo de investigar a história do local, foi organizada uma intervenção arqueológica, entre 1979 e 1984, durante a qual se identificou uma necrópole de fundação medieval. A utilização desta ter-se-à prolongado pelo menos até ao final da Época Moderna, sendo dessa cronologia a maior parte dos materiais encontrados. Foram igualmente colocados à vista os alicerces de estruturas das quais não foi possível aferir a função.

Apesar de não ter sido elaborado o devido registo estratigráfico e dos resultados, do ponto de vista estrutural, terem sido demasiado modestos, foi recolhido numeroso e diversificado espólio. Além das usuais cerâmicas, foram recuperados objectos metálicos, em vidro, osso, azeviche e cabedal, juntamente com numismas, estelas funerárias e restos de fauna mamalógica.

Quase três décadas volvidas, o signatário elaborou dissertação de Mestrado em Arqueologia, cujo principal objectivo foi o estudo do espólio recuperado nessa e noutra pequena intervenção preventiva em 2000.

PALAVRAS-CHAVE Cerâmica, metais, vidro, cabedal, estelas funerárias

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A vila de Castelo Branco, graças ao facto de ter sido sede da Ordem do Templo entre 1215-1314, teve um franco desenvolvimento ao longo da época medieval. Durante o reinado de D. Afonso IV teve lugar a ampliação das muralhas daquela urbe, uma vez que os seus arrabaldes eram então bastante extensos e se encontravam à mercê de eventuais ataques castelhanos (Gonçalves, 1965, p. 6-8).

Essa muralha surge representada, nos inícios do século XVI, nos debuxos de Duarte d'Armas, precedida por uma barbacã mandada construir, por volta de 1490, pelo futuro rei D. Manuel I, enquanto Grão-Mestre da Ordem de Cristo (Gomes, 2001², p. 69).

Nessas imagens do Livro das Fortalezas podemos observar o aspecto da extensa vila medieval no início do período moderno. Na parte alta estava o castelo de origem templária, onde se encontrava o Palácio dos Alcaldes, a torre de menagem poligonal e a Igreja de Santa Maria (apenas representada em planta). Toda a vila era rodeada por uma alta muralha, onde se abriam diversas portas (Vila, Relógio, Espírito Santo, Esteval, e Santiago). Ao redor da vila, em torno dos edifícios religiosos que aí existiam, onde se destaca a Igreja de São Miguel, também ela de fundação templária, desenvolviam-se alguns arrabaldes, como o dos oleiros.

Terá sido também nesta época que foi construída a Praça Velha, no coração do actual centro histórico, onde foram erguidos os Paços do Concelho e o Pelourinho, juntamente com o Celeiro da Ordem de Cristo, aí erguido eventualmente devido aos mais fáceis acessos aos campos do termo da vila. A partir de 1492, em Castelo Branco, tal como na maioria das localidades raianas, houve um acentuado aumento populacional devido à expulsão de judeus e mouriscos de Castela, que passaram a viver em Portugal sob o véu de cristãos-novos depois de 1497 (Dias, 1998, p. 48-49).

Em 1510, D. Manuel I renovou o foral da vila que se tornou notável em 1535, no reinado do seu filho, D. João III, durante a reorganização administrativa de 1532-1536, que também a tornou cabeça de comarca por ser uma das maiores e mais populosas da província da Beira (Dias, 1998, p. 35).

Castelo Branco foi duramente afectada pelos conflitos bélicos que tiveram lugar ao longo dos séculos XVII-XVIII: Guerra da Restauração (1640-1668), Guerra da Sucessão Espanhola (1703-1713) e Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

Tanto as muralhas como a alcáçova foram várias vezes parcialmente destruídas e incendiadas, sendo consecutivamente reconstruídas, apagando assim, a pouco e pouco, os vestígios das estruturas mais antigas. Ao longo de todo este período, o perfil da vila pouco

se alterou, nunca ultrapassando o perímetro definido pelas capelas e ermidas existentes nos arrabaldes.

Assim, em 1770/71, quando Castelo Branco foi elevada a cidade, sede de bispado, a Igreja de Santa Maria do Castelo, até aí a matriz da paróquia, foi preterida em relação à Igreja de São Miguel. Esta, localizada fora de portas, pelo menos desde o século XIII, foi então reestruturada (Conceição, 1994). O mesmo sucedeu com a quinta de recreio do Bispo da Guarda, igualmente fora de portas, que se tornou no Paço Episcopal.

Em 1807, durante a I Invasão Francesa, Junot e o seu exército pernoveram na cidade, na sua marcha para Lisboa, espoliando-a totalmente. No ano seguinte, com o auxílio de um contingente inglês que se instalou para o efeito, a cidade foi libertada.

Nessa altura, a alcáçova voltou uma vez mais a ser destruída em grande parte, perdendo toda a sua importância estratégica. A cidade crescia na parte baixa, pelos campos em seu redor, como se pode observar numa pintura da autoria de Cumberland datada de 1823 (Hormigo, 1983, p. 5-7 e 31).

Às Invasões Francesas sucedeu-se a Guerra Civil, cujos efeitos, localmente, foram acima de tudo ao nível das mentalidades. Dessa forma, devidamente autorizada pela edilidade (Oliveira, 2003, p. 42-50), na senda de destruição dos símbolos do poder absolutista anteriormente vigente, foi levada a cabo a demolição das portas da cidade e de parte das muralhas, principalmente na zona da alcáçova, que foi praticamente desmontada na íntegra. As poucas estruturas que sobreviveram ao camartelo foram demolidas após a sua ruína na consequência de diversos temporais. A igreja de Santa Maria do Castelo foi reconstruída, mas encontra-se totalmente descaracterizada em relação ao que seria originalmente.

Em consequência da extinção das ordens religiosas em 1834, foram igualmente desactivadas e desmontadas várias capelas e ermidas; situação que se acentuou em 1881, com a extinção do bispado por breve apostólico do papa Leão XIII e mais tarde, com a separação da Igreja do Estado, durante a I República.

2. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS¹

A exposição de diversos vestígios arqueológicos, devido a um aluimento de terras provocado por um temporal, levou a que em 1979 se tenham organizado escavações no adro da Igreja de Santa Maria do Castelo, que se prolongaram ao longo dos verões seguintes até 1984. Inicialmente limitados àquele local, os trabalhos acabaram

por se alargar a toda a área sul e sudoeste da igreja.

Embora no local do aluimento (Q. 118) os materiais se encontrassem muito misturados e estratigraficamente descontextualizados, no resto da estação a situação era diferente, se bem que não tenha sido feito o registo preciso da estratigrafia identificada.

Ao longo da fachada sudeste foi colocada à vista a necrópole do templo, na qual as inumações se encontravam muito danificadas não só pela presença de árvores no local, mas também devido a uma terraplanagem efectuada aquando da construção da estrada no local. Atravessando a necrópole, paralela à fachada da igreja e com uma ligação à sua porta lateral, foi identificada uma calçada de pedra miúda, que foi então considerada recente quando comparada com a existente no restante centro histórico.

Em frente à fachada principal da igreja foram colocados à vista alguns muros cuja função não foi possível apurar, mas que poderão corresponder às fundações das anteriores estruturas associadas àquele templo. Um pouco mais para oeste foi identificado outro muro, sensivelmente paralelo à fachada principal, que poderá ter feito parte da muralha da alcáçova. No jardim a sul, em três sondagens de diagnóstico, foram detectados os negativos de estruturas similares a este último muro e que poderão corresponder igualmente aos alicerces de outras. Por outro lado, no corte de uma dessas sondagens foram identificados cinco estratos, possivelmente em resultado de diversas terraplanagens ao longo dos séculos.

No local do aluimento os materiais foram encontrados misturados, num contexto muito revolvido. Com o objectivo de perceber o que o provocara e ao mesmo tempo o que existiria no local, os trabalhos concentraram-se aqui em todas as campanhas, apesar de terem ocorrido ao mesmo tempo nas outras áreas. Ao contrário do que sucedia na restante estação, em que o afloramento rochoso se encontrava a cerca de 1,20 m de profundidade, aqui estava cortado em ângulo recto, nos estratos compactados de terras e no afloramento. Esta situação mantém-se inalterada praticamente até aos 10 m, profundidade a que os trabalhos foram suspensos, sem que se tenha chegado a qualquer conclusão.

Os materiais mais frágeis foram tratados no Instituto José de Figueiredo e no laboratório do Museu Monográfico de Conímbriga. Concluído o trabalho de laboratório, o espólio foi depositado no Museu Francisco Tavares Proença Júnior, integrando as suas colecções. Foram publicados alguns resultados preliminares nos anos subsequentes e mais recentemente foram apresentadas as primeiras conclusões desta intervenção (Ribeiro, 1984, p. 57-59; 1985, p. 63-64; 1987, p. 277-281; Ribeiro e Aze-

1. Cf. Castelo de Castelo Branco – Processo n.º 263 do Arquivo de Arqueologia Portuguesa – IGESPAR.

vedo, 2001, p. 15-47)².

Aquando da construção de um depósito de água, por parte da edificação, no perímetro da alcáçova, foi identificado o embasamento de um muro associado a um derrube, que foi considerado como podendo corresponder à muralha ou à barbacã que a precedia. No corte exposto eram visíveis cinco estratos, eventualmente resultado de várias terraplanagens levadas a cabo na área. O espólio, recolhido de forma parcial, visto que os trabalhos de arqueologia tiveram lugar apenas após o desaterro, foi interpretado como resultado de escorrimientos da área da necrópole (Salvado e Moreira, 2006, p. 213).

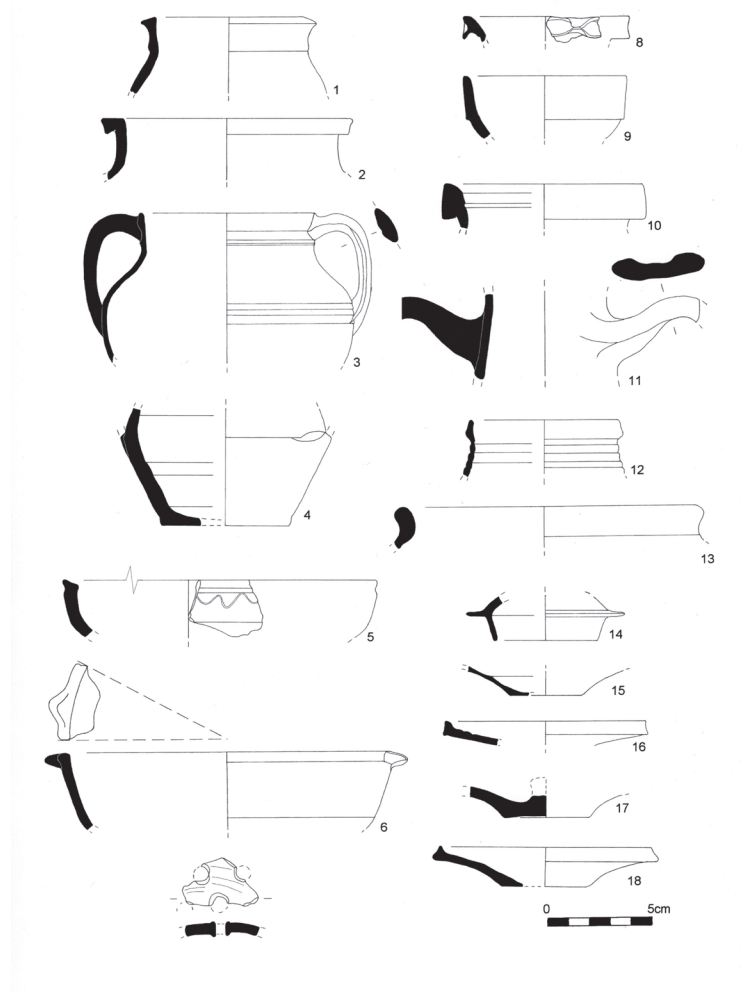
2. Em 2008 foram apresentados publicamente os primeiros resultados dos trabalhos arqueológicos decorridos entre 1979/1984 na alcáçova albacastrense, no âmbito do Congresso Internacional de Arqueologia – Cem Anos de Investigação Arqueológica no Interior Centro, cujas actas foram publicadas recentemente (Ribeiro, 2010, p. 299-307).

3. ESPÓLIO

Apesar da presença de espólio de outras épocas, em particular do período medieval, foram recuperados essencialmente materiais de cronologia moderna (séculos XV-XVIII).

Visto que durante os trabalhos arqueológicos de 1979/84 não foi feito qualquer registo estratigráfico dos materiais encontrados e que os recuperados em 2000 resultam de uma recolha após o desaterro do local, foi necessário recorrer a paralelos formais para apurar as suas cronologias. Não se pretende contudo fazer aqui referência exaustiva e pormenorizada daqueles, mas apenas dar a conhecer as formas e objectos mais relevantes identificados dentro da cronologia em análise.

Deve ainda ser referido que na intervenção de 1979/84



ESTAMPA 1 Cerâmica Fosca

Loiça de Cozinha: panelas (1 a 4), frigideira (5), tacho (6).

Loiça de Armazenamento e/ou Transporte: bilhas (8 e 9), cântaros (10 e 11), potes (12 e 13), tampas/testos (14 a 18).

Contentores de Fogo: defumador (7).

foram crivadas as terras retiradas, embora não tenham sido recolhidos quaisquer fragmentos de parede em cerâmica fosca que não apresentassem decorações. Uma vez que grande parte das cerâmicas vidradas e esmaltadas foram então consideradas como produções “recentes” e “sem interesse arqueológico”, recuperou-se um conjunto muito diminuto deste tipo de materiais.

3.1 Cerâmica

Em relação à cerâmica fosca, no que diz respeito à loiça de cozinha, as panelas são a forma mais frequente. Visto que não subsiste nenhum exemplar com o perfil completo, apenas é possível diferenciar tipologias através dos bordos: sub-triangulares, sub-retangulares e semi-circulares. Com excepção do primeiro caso, que será um pouco mais antigo, estes bordos são datáveis dos séculos XV-XVI.

Em menor quantidade, dentro daquela cronologia, foram recolhidos tachos e frigideiras, que podem apresentar decoração incisa, no exterior, abaixo do bordo. Foi recuperada uma grande diversidade de testos e tampas, mostrando alguns deles, queimaduras sobre o bordo, o que evidencia a sua utilização ao lume sobre tachos ou panelas. Outros terão sido usados eventualmente em potes ou qualquer outro contentor que fosse necessário tapar para preservar o seu conteúdo. São comuns os testos com bordo espessado exteriormente e com pitorra, normalmente associados a contextos quinhentistas, embora a sua utilização se mantenha ao longo de várias centúrias. Surgem igualmente outras formas de tampa que deverão ser mais tardias.

Em relação às loiças de armazenamento e/ou transporte, ao contrário do que sucedia na época medieval, não surgem quaisquer talhas. Tal facto pode ficar a dever-se à construção do Celeiro da Ordem de Cristo, em meados do século XV, que terá passado a ser o local de armazenamento por excelência, sendo por isso os potes, os contentores de sólidos mais usuais na alcáçova albigastrense. Como contentores de líquidos, são tão frequentes as bilhas como os cântaros, que assumem formas comuns noutros locais em níveis dos séculos XV-XVI.

Na loiça de mesa verifica-se, ao longo do século XV, uma tendência para a individualização do uso das peças como medida profilática, evidenciada acima de tudo pela diminuição do diâmetro das mesmas. Esta situação é visível tanto nas taças como nos pratos, normalmente brunidos no interior. Outra peça que se vulgariza nesta época são os púcaros de beber, em cerâmica fina, que nos séculos XVI-XVII se apresentam, na grande maioria dos casos, decorados em relevo. Estas peças em cerâmica fosca foram produzidas com

pastas de barros vermelhos, que após cozeduras maioritariamente oxidantes adquiriram tons entre o laranja e o castanho, passando pelo vermelho. São pastas bastante homogéneas, com elementos não plásticos de grão fino a médio, normalmente biotite, moscovite, feldspato, quartzo hialino e leitoso, sendo menos frequentes a hematite, a calcite, o calcário, nódulos de barro e outros tipos de quartzo.

Embora muito diminuto, dentro das loiças de mesa destaca-se o conjunto de peças esmaltadas a branco estanhífero, por vezes decoradas a azul de cobalto ou combinações desse com preto ou roxo de manganês. Algumas dessas peças são reflexo do comércio transfronteiriço, como é o caso dos pratos com bandas concêntricas a azul ou intercaladas a roxo, típicos das produções sevilhanas e valencianas dos séculos XV e XVI. Do mesmo período e proveniência poderão ser algumas das peças esmaltadas a branco, sem qualquer decoração.

No final do século XVI, mas principalmente durante o século XVII, surgem as peças de faiança portuguesa, onde são frequentes elementos decorativos como as espirais, os aranhões e as contas, combinando ou não os óxidos já referidos.

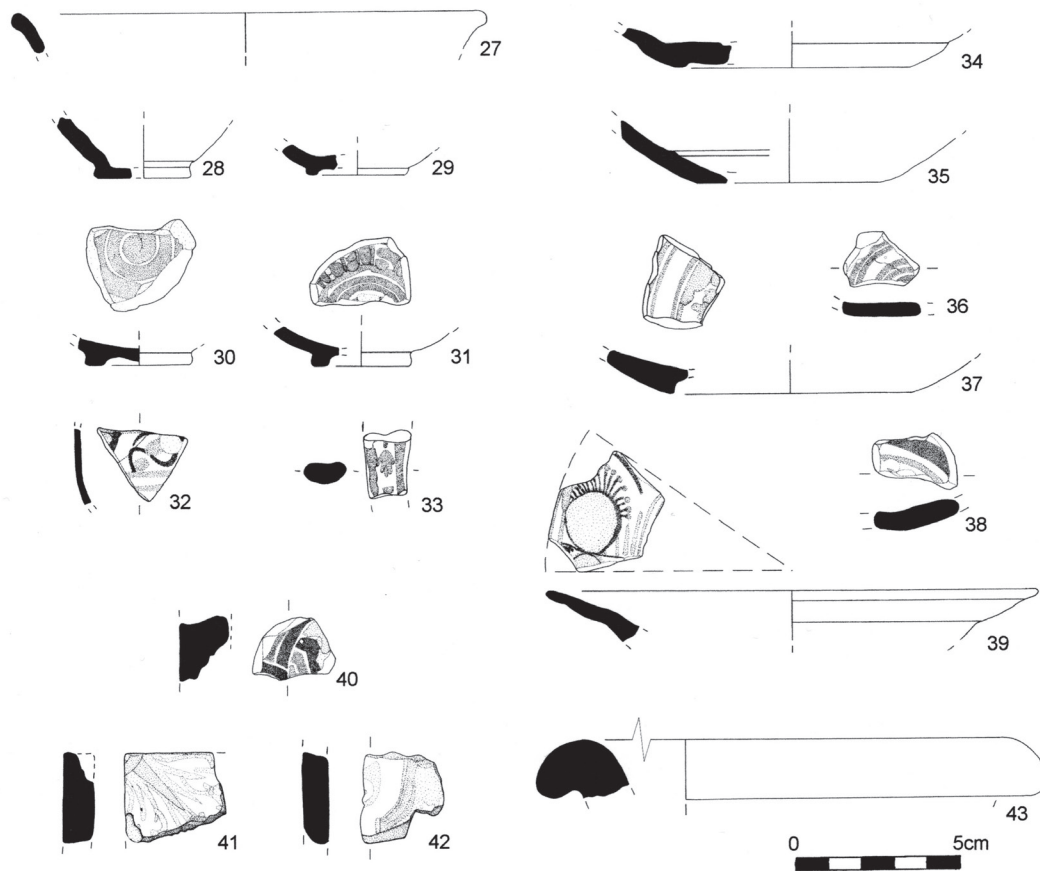
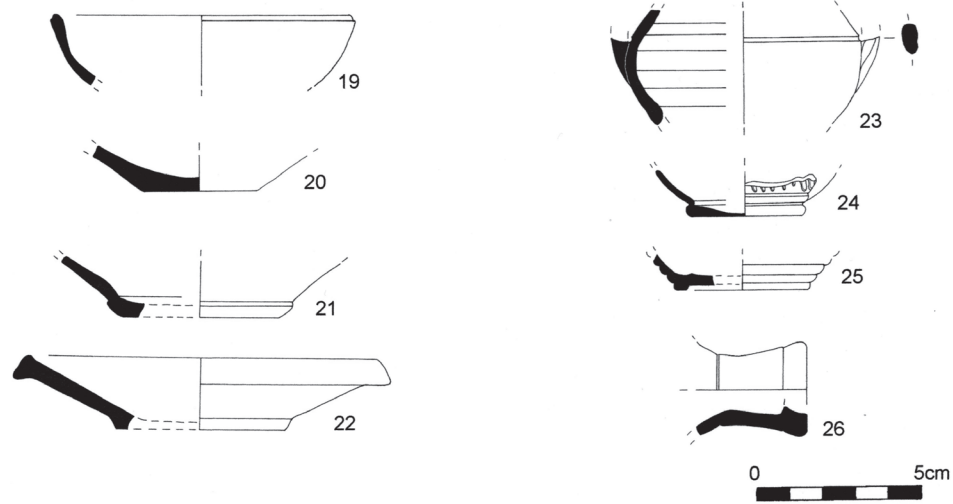
Dentro do conjunto da cerâmica vidrada, praticamente inexistente, destaca-se um bordo de alguidar vidrado a verde plumbífero. É uma forma comum desde os séculos XV-XVI praticamente até à actualidade.

Constituído apenas por meros fragmentos, os vestígios de cerâmica de revestimento incluem um azulejo tipo hispano-árabe, de provável produção sevilhana, que poderá datar do século XVI. Mais tardios serão os vários restos de pelo menos um painel de azulejos esmaltados a branco e decorados a azul de cobalto e amarelo de antimónio, que corresponde ao padrão P-452, datável do século XVII (Simões, 1971, p. 83).

Ao contrário da cerâmica fosca, esta cerâmica vidrada e/ou esmaltada, incluindo a de revestimento, mostra pastas normalmente de tons entre o bege e o rosa, resultado da mistura de barro branco com pequenas percentagens de barro vermelho, uma vez que o óxido de ferro presente neste último dá maior resistência às peças durante a sua cozedura. São pastas muito homogéneas e depuradas, com elementos não plásticos de grão fino a muito fino, nalguns casos quase imperceptíveis, nomeadamente nas peças que se considera serem importadas.

3.2 Artefactos metálicos

Trata-se do conjunto de materiais mais interessante recolhido na alcáçova albigastrense, não só pela sua diversidade, mas também pelo estado de conservação em que se encontra, bastante valorizado após o



ESTAMPA 2

Cerâmica Fosca

Loiça de Mesa: taças (19 e 20), pratos (21 e 22), púcaros (23 a 25), cafeteira (26).

Cerâmica Esmaltada e Vidrada; Cerâmica de Revestimento

Loiça de Mesa: taças (27 a 32), pratos (34 a 39), jarro (33).

Loiça de Cozinha: alguidar (43); Azulejos (40 a 42).

restauro dos exemplares mais relevantes.

Foram identificados diversos objectos de uso doméstico, nalguns casos formas ainda hoje utilizadas em contextos rurais, apesar de surgirem pelo menos desde os séculos XVII-XVIII, como sucede com uma pega de caldeiro. O mesmo se poderá dizer de uma pintadeira, utensílio que segundo Abel Viana tem grande previvência desde a Idade Média até à actualidade (1961/62, p. 162-163) e que seria usado para marcar bolos que iam a cozer em fornos comunitários.

O conjunto mais diversificado é o dos objectos de uso pessoal, que inclui os acessórios de vestuário e a joalheria. Além de alfinetes de cabelo ou de toucado, foram também recuperadas pontas de atilho, sendo possível aferir cronologias de todos eles, recorrendo a documentação iconográfica dos séculos XV-XVII, em particular através dos retratos elaborados pelas principais escolas de pintura europeias. Este tipo de datação é extensível também aos botões e às fivelas (Boavida, 2009, p. 73-74).

No conjunto da joalheria, além de um anel e um brinco, foram recolhidos objectos de carácter religioso, nomeadamente medalhas e cruzes. Estes objectos de uso pessoal, em particular os de cariz religioso, poderão estar relacionados com a utilização do adro da Igreja de Santa Maria do Castelo como necrópole. Foram recolhidos vários tipos de pregos. Uma vez que os enterramentos identificados foram feitos em sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, a utilização de esquifes terá sido pouco usual. Alguns dos pregos poderão ter sido usados para tal fim, mas o mais usual seria a deposição dos corpos embrulhados em sudários de linho, seguros por alfinetes, dos quais foram recuperadas várias centenas. A maioria dos pregos terá integrado diversos elementos de mobiliário, assim como madeiramentos de eventuais construções que existissem na alcáçova (Boavida, 2009, p. 78-79).

3.3 Artefactos em vidro, osso, azeviche e cabedal

Igualmente em eventual associação com os enterramentos foram recuperados vários tipos de contas, em vidro, osso e azeviche, datáveis dos séculos XVI-XVIII. Estas podem ter integrado terços e/ou rosários, nomeadamente as de azeviche, enquanto as de vidro e osso poderão ter sido de igual modo usadas em colares ou pulseiras.

Em vidro negro foram identificados anéis do tipo veneziano, idênticos a outros associados a enterramentos no convento de São Francisco de Santarém (Ramalho, 2002, p. 203) e no Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa (Ferreira, 1983, p. 10 e 35).

Também em vidro, recolheram-se algumas peças de uso à mesa, nomeadamente contentores de líquidos, neste caso

um cálice e uma garrafa, que se enquadram nas produções dos séculos XVI-XVII, embora a garrafa possa ser mais tardia. (Custódio, 2002, p. 328, n.º 109; p. 336-337).

Possivelmente também relacionados com os enterramentos, foram estudados alguns restos de cabedal, onde se destaca um sapato praticamente completo. É um tipo de material pouco estudado em Portugal, mas que já foi identificado em contextos lisboetas do século XVII (Nozes, Silva e Miranda, 2007, p. 23; Cardoso, 2008, p. 280-281).

3.4 Numismas

Dos 193 numismas recolhidos, 142 foram cunhados durante a 2.ª dinastia. Além da diversidade de tipos emitidos no reinado de D. João I (1383-1433), destaca-se ½ vintém de prata de D. Manuel I (1495-1521) e o conjunto de ceitis (109), na maioria de D. Afonso V (1438-1481) e D. João III (1521-1557).

Foram recolhidos igualmente dois exemplares de *blanca del rombo* de Henrique II de Castela (1445-1474) e um *jeton* que mostra caligrafia árabe, datado possivelmente dos séculos XVII-XIX (Antunes, 2011, p. 730-732).

De acordo com os relatórios, parte destes numismas, foi recolhida em associação com os enterramentos, mas não existe qualquer informação sobre quais. A oxidação de alguns deles possibilitou a conservação de vestígios de linho que seriam das roupas dos inumados ou dos seus sudários.

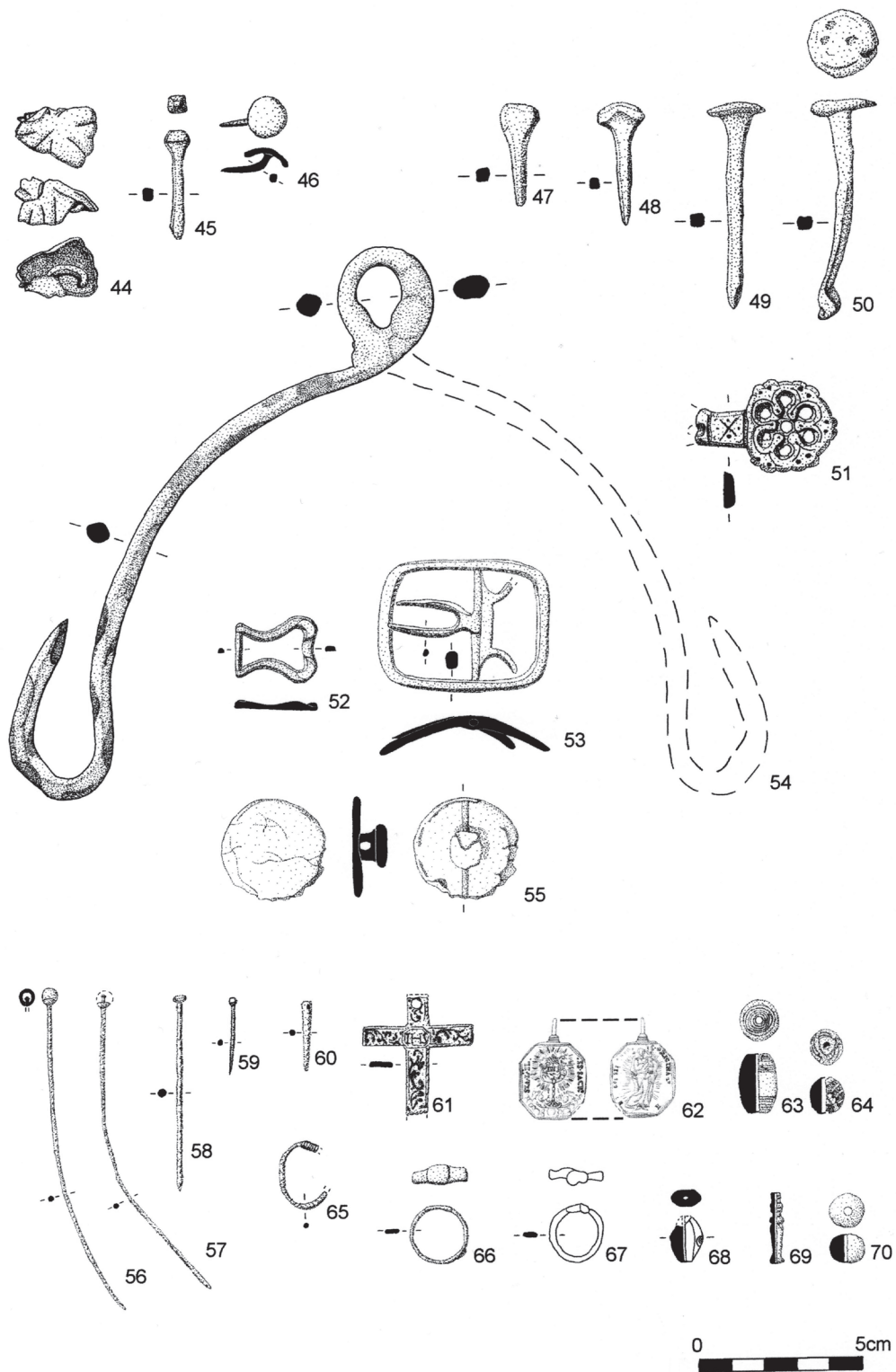
3.5 Estelas funerárias

Na alcáçova albicastrense foi recuperado também um conjunto de estelas funerárias, desconhecendo-se no entanto qual o seu contexto, visto que surgiram na sua maioria nos níveis remexidos do Q.118. As estelas discoidais, talhadas em granito porfiróide, foram consideradas medievais, uma vez que mostram quase sempre as faces decoradas com cruz pátea, normalmente associada à Ordem do Templo, extinta em 1314. Além disso, todas elas apresentam um talhe muito rudimentar.

Foi igualmente encontrada uma estela rectangular, produzida com granito de grão mais fino, decorada nas duas faces por motivos mais elaborados, o que indica que o canteiro teria bastantes conhecimentos de geometria. Esta estela poderá ser mais tardia que as restantes, possivelmente dos séculos XV-XVI.

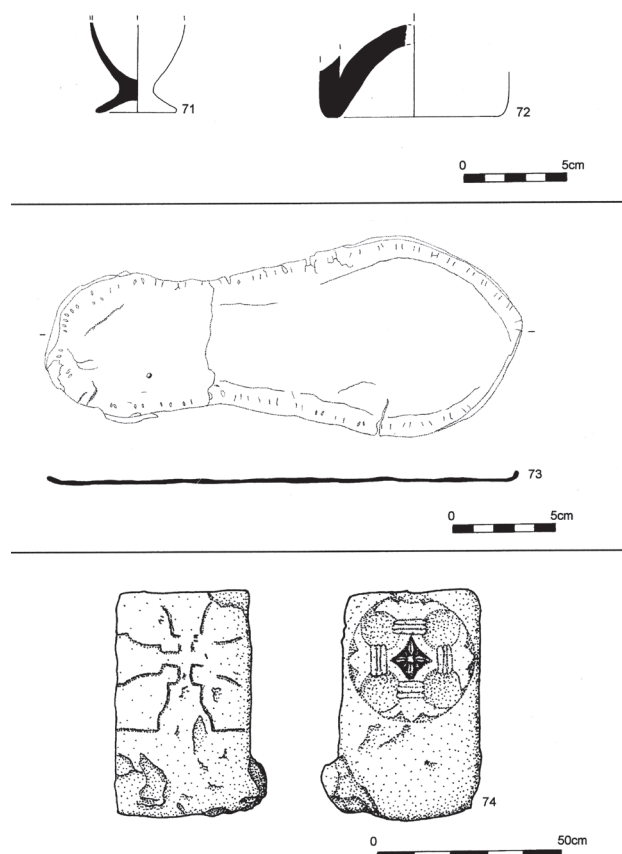
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De pequena comunidade raiana, Castelo Branco, graças à Ordem do Templo, tornou-se numa das principais praças da província da Beira, sendo valorizada tanto pela Ordem de Cristo, que sucedeu àquela, como por



ESTAMPA 3 Objectos Metálicos, em Azeviche, Vidro e Osso

Elementos de mobiliário (44 a 46), pregos (47 a 50), pintadeira (51), fivelas (52 e 53), pega de caldeiro (54), botão (55), alfinetes (56 a 59), ponta de atilho (60), cruz (61), medalha (62), brinco (65), anel (66), contas (63 e 64), anel (67), conta (68), contas (69 e 70).



ESTAMPA 4 Objectos em Vidro e Cabedal; Estela Funerária Cálice (71), garrafa (72), Sola de sapato (73), Estela funerária rectangular (74).

reis e bispos. Ao longo do século XVI cresceu para lá das suas muralhas, onde criou diversos arrabaldes que definiram o perímetro da vila até à entrada no século XIX. A origem da comunidade está precisamente na fortaleza que domina a actual cidade. Sobre a sua origem e evolução existem poucos dados, visto que a estrutura foi diversas vezes reestruturada, não só para se adaptar a novas realidades como para repor o que foi destruído por exércitos saqueantes.

O edifício mais antigo neste espaço, embora muito adulterado, é a Igreja de Santa Maria do Castelo. Foi no adro desta, que nos inícios dos anos 80 do século XX decorreram importantes trabalhos arqueológicos. No entanto, trinta anos volvidos desconhecem-se que novos dados foram descobertos ao longo da intervenção.

As informações sobre a mesma são vagas e imprecisas, não se sabendo exactamente qual a estratigrafia e as estruturas identificadas. Os relatórios são generalistas, pouco rigorosos e não especificam que materiais

surgiram e onde, o que impossibilita parcialmente uma datação mais precisa dos mesmos e a análise da evolução deste espaço. Apesar dessa falha técnica, compreensível face às limitações existentes na época sobre esta temática, o espólio recolhido dá-nos uma visão geral de como seria o quotidiano na alcáçova albicastrense ao longo de várias centúrias, e em particular, nos períodos medieval e moderno.

A maioria das peças cerâmicas tem semelhança com outras encontradas na região, nomeadamente em Castelo Novo (Silvério e Barros, 2005) e Penamacor (Silvério, Barros e Teixeira, 2004; Boavida, 2006). A presença constante de elementos constituintes do granito nos elementos não plásticos poderá também indicar esse fabrico regional ou mesmo local, visto que na época moderna, um dos arrabaldes que se desenvolveu foi precisamente o dos oleiros. Trata-se de uma mera hipótese, uma vez que não se encontram publicados quaisquer trabalhos sobre materiais cerâmicos modernos provenientes de outros arqueossítios albicastrenses.

A identificação de paralelos formais a nível regional pode ser também um indicador comercial nesse âmbito, tal como sucede com as cerâmicas importadas e os numismas de origem castelhana. É facto que foram identificados paralelos formais noutros locais do país, nomeadamente em cidades onde a Arqueologia Urbana é abordada há várias décadas, como Almada, Cascais, Lisboa, Palmela, Santarém, Setúbal e Silves, mas aí a variedade de elementos não plásticos nas pastas é mais diversificada.

Por outro lado, em relação às outras tipologias materiais analisadas existem poucos estudos específicos em Portugal, uma vez que normalmente são preteridas em relação à cerâmica. A presença destas é igualmente um reflexo das várias funcionalidades que a alcáçova albicastrense albergou: militar, habitacional, administrativa e religiosa.

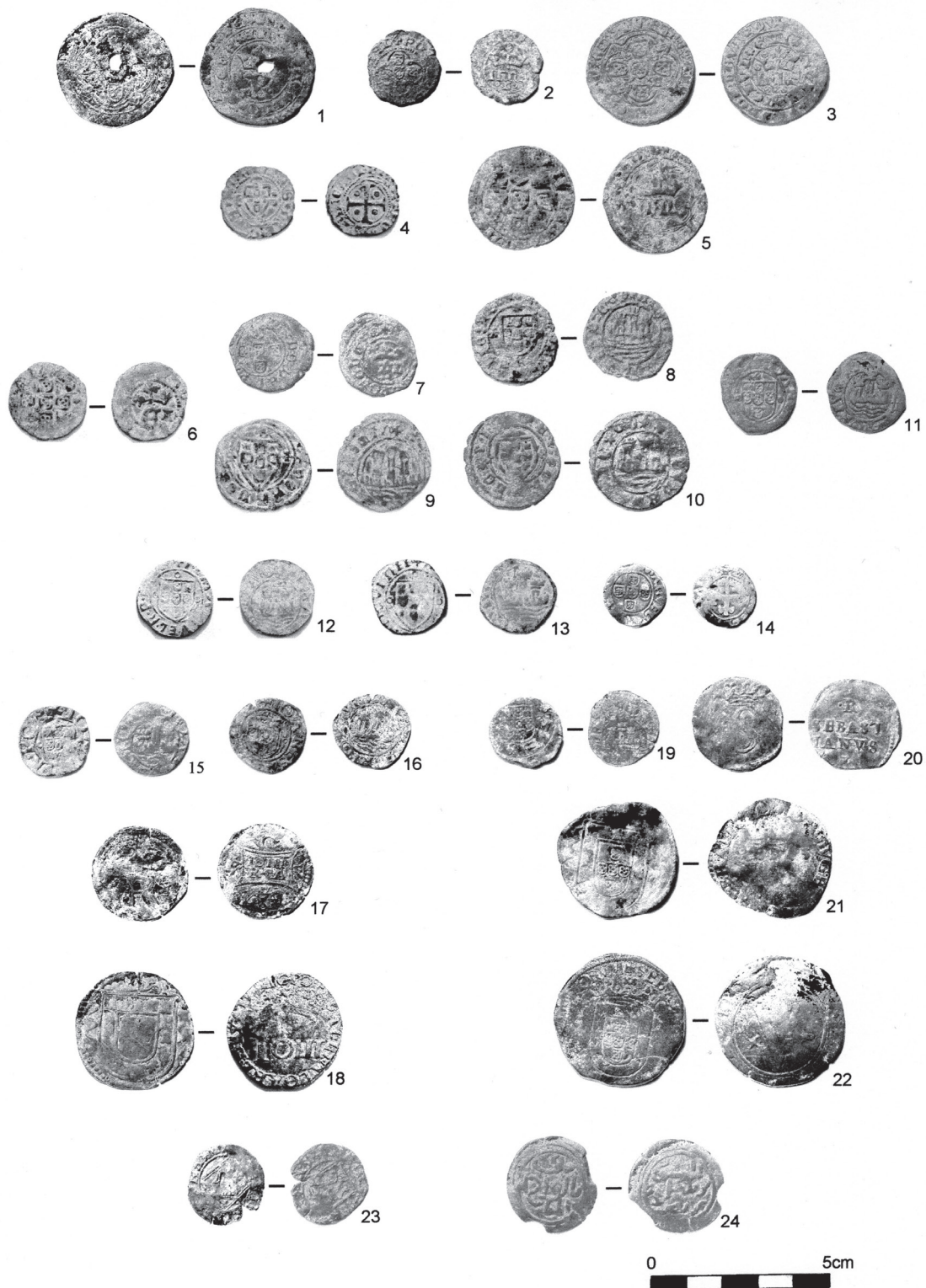
AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Rosa Varela Gomes, orientadora da tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à FCSH-UNL, aqui parcialmente publicada.

À Dr.^a Aida Rechen e à Dr.^a Solange Almeida, directoras dos dois museus onde se encontra em depósito o espólio analisado, Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco, e Museu do Canteiro, em Alcains.

Aos responsáveis pelos trabalhos arqueológicos que decorreram no castelo de Castelo Branco: Dr. João Ribeiro (1979/1984), Dr.^a Sílvia Moreira e Dr. Pedro Salvado (2000).

Aos familiares, amigos, colegas e professores que me apoiaram ao longo de todo o processo.



ESTAMPA 5

D. João I (1 – real branco, 2 – ½ real 10 soldos, 3 – real 10 soldos, 4 – ¼ real cruzado, 5 – real de 3 ½ libras), D. Duarte (6 – ½ real preto), D. Afonso V (7 – ½ real preto, 8 a 10 – ceutil), D. João II (11 – ceutil), D. Manuel I (12 e 13 – ceutil, 14 – ½ vintém), D. João III (15 e 16 – ceutil, 17 – real, 18 – 3 reais), D. Sebastião (19 – ceutil, 20 – real, 21 – 3 reais, 22 – 5 reais); Henrique IV (23 – blanca del rombo); Jeton (24).

BIBLIOGRAFIA

- Castelo de Castelo Branco – Processo n.º 263 do Arquivo de Arqueologia Portuguesa – IGESPAR (não publicado).
- ANTUNES, M. (2011) – Castelo de Castelo Branco: Notas numismáticas e arqueozoológicas. *O Arqueólogo Português* 1, S.5; dir. Luís Raposo; Museu Nacional de Arqueologia, Imprensa Nacional – Casa da Moeda (p. 727-738).
- ARMAS, D. (2006) – *Livro das Fortalezas*; 3.ª ed.; col. *História da Cultura Portuguesa*; int. Manuel da Silva Castelo Branco; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Edições Inapa; Lisboa.
- BOAVIDA, C. (2006) – Castelo de Penamacor: Estudo de Espólio Medieval e Moderno: Sector Pelourinho/Cemitério (2005). Trabalho realizado no âmbito da cadeira de Relatório Final; FCSH-UNL, Lisboa (policopiado).
- BOAVIDA, C. (2009) – Castelo de Castelo Branco: Contributo para o Estudo de uma Fortificação da Raia Beirã. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa (policopiado).
- CARDOSO, J. (2008) – Resultados das escavações arqueológicas no claustro do antigo Convento de Jesus (Academia das Ciências de Lisboa) entre Julho e Dezembro de 2004. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 11:1; coord. edit. Ant.º Marques de Faria; Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (p. 259-284).
- CONCEIÇÃO, M. (1994) – Igreja de São Miguel: Sé de Castelo Branco. *Inventário do Património Arquitectónico* (<http://www.monumentos.pt>).
- CUSTÓDIO, J. (2002) – A Real Fábrica de Vidros de Coia [1719-1747] e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII: Aspectos históricos, tecnológicos, artísticos e arqueológicos. *Cadernos* 5, S.2; coord. edit. M.ª Lurdes Perdigão, Catarina Serpa; Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- DIAS, J. (1998) – A população: realidades demográficas. *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coord. João José Alves Dias; Nova História de Portugal 5; Lisboa: Presença (p. 11-52).
- FERREIRA, F. (1983) – Escavação do ossário de São Vicente de Fora: seu relacionamento com a história de Lisboa. *Revista Municipal* 4, S.2; dir. Orlando Martins Capitão; Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa (p. 5-36).
- GOMES, R. (2001) – *Castelos da Raia: Beira*, vol. I, col. *Arte e Património*; 2.ª ed.; Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- GONÇALVES, J. (1965) – Construção das muralhas de Castelo Branco e Nisa. Sep. *Estudos de Castelo Branco – Revista de História e Cultura*; Império (p. 3-12)
- HORMIGO, J. (1983) – *A Beira Baixa vista por artistas estrangeiros (séculos XVIII-XIX)*. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior, Instituto Português do Património Cultural.
- NOZES, C.; SILVA, R. e MIRANDA, P. (2007) – Beco do Espírito Santo, n.º 12-14 (Santo Estêvão, Alfama) – 2005/2006. *A Arqueologia de Lisboa – Sessões no Museu da Cidade*; coord. Lídia Fernandes; Lisboa: Divisão de Museus e Palácios (<http://www.museudacidade.pt/> - *Museu da Cidade: Arqueologia*).
- OLIVEIRA, P. (2003) – O Castelo. *O Programa Polis em Castelo Branco: Álbum Histórico*; coord. Leonel Azevedo; Castelo Branco: Sociedade Polis-Castelo Branco (p. 15-67).
- RAMALHO, M.ª (2002) – Religião e Morte: A morte no quotidiano do Convento de São Francisco de Santarém. *De Scallabis a Santarém*; coord. Ana Margarida Arruda, Catarina Viegas e M.ª José de Almeida; Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (p. 185-196).
- RIBEIRO, J. (1984) – Trabalhos de Campo (1981): Castelo Branco. *Informação Arqueológica: Boletim de Informação Arqueológica Portuguesa* 4; coord. Susana H. Correia; Lisboa: Instituto Português do Património Cultural (p. 57-59).
- RIBEIRO, J. (1985) – Trabalhos de Campo (1982/83): Castelo Branco. *Informação Arqueológica: Boletim de Informação Arqueológica Portuguesa* 5; coord. Susana H. Correia; Lisboa: Instituto Português do Património Cultural (p. 63-64).
- RIBEIRO, J. (1987) – Cerâmica medieval nas escavações da zona do castelo de Castelo Branco (Portugal) in *Actas do II Colóquio Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterraneo Occidental*; Toledo (p. 277-281).
- RIBEIRO, J. (2010) – Escavações no castelo de Castelo Branco: resultados. *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia: Cem Anos de Investigação Arqueológica no Interior Centro*; coord. edit. Luiz Oosterbeek; (p. 299-307).
- RIBEIRO, J. e AZEVEDO, L. (2001) – Os jardins do Paço Episcopal de Castelo Branco. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- SALVADO, P. e MOREIRA, S. (2007) – Resultados das escavações arqueológicas de emergência no castelo de Castelo Branco (2000): Notícia preliminar. *Estudos de Castelo Branco - Revista de História e Cultura* 6 – Nova Série; Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco (p. 211-217).
- SILVÉRIO, S. e BARROS, L. (2005) – *Arqueologia no castelo da Aldeia Histórica de Castelo Novo* (2002-2004): resultados preliminares. Castelo Novo: Câmara Municipal do Fundão.
- SILVÉRIO, S.; BARROS, L. e TEIXEIRA, A. (2004) – Escavações arqueológicas no Castelo de Penamacor / Cimo da Vila: resultados da primeira campanha (2003). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7:2; coord. edit. Ant.º Marques de Faria; Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (p. 473-540).
- SIMÕES, J. (1971) – Azulejaria em Portugal no século XVII: Tomo I: tipologia; col. *Corpus da Azulejaria Portuguesa*; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VIANA, A. (1961/62) – Notas várias: Circunstâncias habituais de exploração arqueológica em Portugal. *Arquivo de Beja: Boletim – Estudos – Arquivo*, vols. XVIII/XIX, dir. José António da Silva; Beja (p. 89-211).

CRISE E IDENTIDADE URBANA

O JARDIM ARCÁDICO DE BRAGA DE 1625

GUSTAVO PORTOCARRERO Investigador do CIEBA – Centro de Investigação e de Estudos em Belas Artes, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa

RESUMO Arcádias costumam ser espaços mais do domínio da literatura e da pintura. Mas também podem, por vezes, ser encontradas em paisagens urbanas. Nesta comunicação, pretendo estudar uma intervenção urbana que ocorreu num minúsculo carvalhal na periferia da cidade de Braga em 1625, e no qual foram integrados vestígios arqueológicos da época romana, vindo este espaço a ser transformado, como se argumentará, num Jardim Arcádico. Tal ocorreu na sequência da união ibérica de 1580, a qual pôs em causa o estatuto de *Primaz da Hespânia* reclamado por Braga face a Toledo, algo que provocou uma crise de identidade em Braga. Com a organização de um Jardim Arcádico na periferia da Cidade, pretendia-se assim formar um espaço nostálgico de uma era mais perfeita ao abrigo das ansiedades do presente e que, simultaneamente, se esperava que retornasse.

PALAVRAS-CHAVE Arcádia, Braga, crise de identidade, nostalgia, passado romano

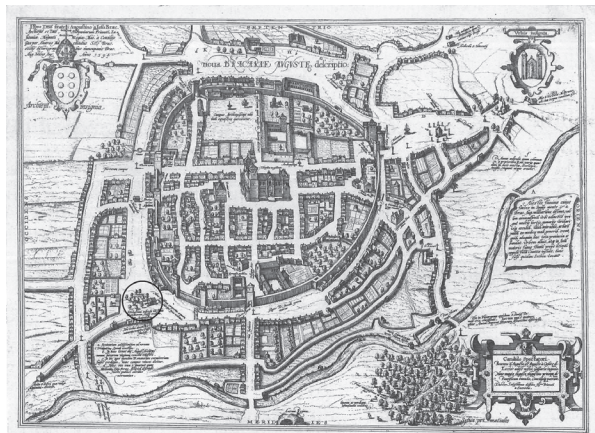
INTRODUÇÃO

Desde a Idade Média, havia uma forte rivalidade entre Braga e Toledo, com cada cidade a reclamar o estatuto de *Primaz da Hespânia*. Antes de 1580, a posição de ambos os antagonistas era consideravelmente reforçada pela existência de dois reinos independentes na Península Ibérica, com cada um deles a defender a posição da sua respectiva cidade. Os eventos de 1580, pelos quais esta região tornou-se politicamente unificada, desta vez sob uma monarquia hispânica, obviamente dava mais relevo à disputa entre Braga e Toledo. Contudo, Filipe II, desejando conquistar os “corações e mentes” dos Portugueses não forçou uma decisão sobre esse assunto; em vez disso, preservou a autonomia portuguesa como reino independente, sendo a única diferença a de tanto Portugal como Espanha partilham o mesmo rei.

No entanto, na sequência das Cortes de Lisboa de 1619, instalou-se o desânimo entre os Portugueses. O rei recusou dar a Portugal um lugar mais proeminente na Monarquia Hispânica. Pior ainda, a autonomia de Portugal como reino independente estava a ser gradualmente erodida, tornando-se cada vez mais uma província de Espanha. Mas para Braga, os eventos de 1619 foram desastrosos. Os oficiais espanhóis opuseram-se a que o arcebispo de Braga ostentasse abertamente a cruz primacial (Cunha, 1634-35, p. 458), pondo assim em causa o seu estatuto primaz. Pior ainda, a posição de Braga estava a ser contestada no interior de Portugal, tendo o bispo de Lisboa tentado durante as Cortes ultrapassá-lo na hierarquia (ibid., p. 459).

O estado de espírito que se instalou em Braga na sequência destes eventos pode ser analisado numa

Georg Braun, *Civitatibus Orbis Terrarum*, volume V, fl. 3



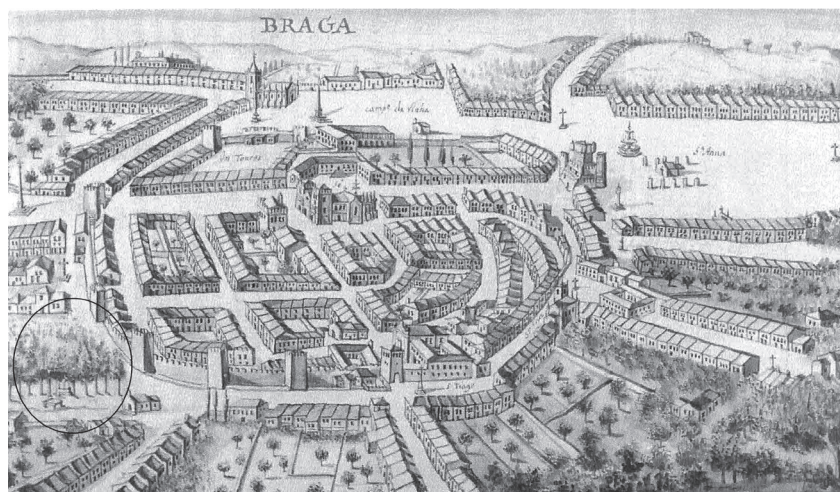
1. Imagem de Braga de 1594. A área das Carvalheiras está assinalada com um círculo.

intervenção que ocorreu poucos anos depois num minúsculo carvalhal, conhecido por Carvalheiras, na periferia da cidade (fig. 1).

O JARDIM ARCÁDICO

Segundo um documento da Câmara, foi decidido em 1625 construir aqui uma fonte dado que a área circundante não tinha muita água (*Cartas Arcebispos e Cabido*, doc. 26)¹. No entanto, olhando para o tamanho e localização da fonte, pode inferir-se uma outra intenção. Esta fonte era mais pequena que as anteriores e foi construída numa área fechada, entre árvores, como se pode ver nos mapas de Braga, ao contrário das outras

1. Hoje, esta fonte está dentro do Mercado Municipal de Braga. A sua parte superior, com uma tocha simbolizando o fogo da fé, não é a original. Segundo o *Tombo dos Bens da Câmara*, tinha inicialmente uma pirâmide e uma cruz de duas aspás (1737, fl. 101).



2. Imagem de Braga de c. 1694. A área das Carvalheiras está assinalada com um círculo.

que estão sempre em espaços abertos e visíveis para uma vasta audiência (figs. 2 e 3). Sendo assim, porquê estas diferenças? Do meu ponto de vista, o que se estava a fazer era a transformar a área das Carvalheiras num Jardim Arcádico.

Os Jardins Arcádicos fazem parte de uma narrativa mítica com origem no mundo Clássico e na qual a paisagem social “distribui-se espacialmente através de um padrão cósmico e concêntrico de (...) três paisagens míticas, cada uma representando uma intervenção progressivamente maior de desígnio e trabalho humano nas formas e padrões da (...) superfície [da Terra]. No centro desta geografia mítica está a cidade, [de seguida] os arredores ajardinados e cultivados, graduando finalmente num ermo intocado” (Cosgrove, 1993, p. 293; minha tradução).

Nesta paisagem arquétipa tripartida, a Cidade é o domínio do poder político e cultural, sendo a sua paisagem “divorciada da vida orgânica, um mundo de pedras, colunas e monumentos, de palavras, de textos (...) [cujo padrão] é modelado na pura geometria intelectual dos céus” (ibid., p. 296). Quanto à paisagem do meio ou Jardim, trata-se de uma área com uma Natureza cultivada e amorosamente controlada, sendo como tal menos tocada pela intervenção humana e estando mais próxima da ideia de Paraíso (ibid., p. 291, 296). É a paisagem da “economia doméstica, da família amorosa e da vida privada dos cidadãos” (ibid., p. 296; minha tradução). A sua posição mediana também faz dela “o local de uma saudosa nostalgia” (ibid., p. 297; minha tradução).

Como argumentei anteriormente noutro trabalho (Portocarrero, 2010, p. 49-59), Braga tinha, desde o início do século XVI, sido organizada segundo o mesmo esquema cosmológico com uma Cidade interior (delimitada pela muralha), um Jardim exterior (composto pelos arrabaldes) e, mais além, o Ermo ou Caos, como se pode ver no mapa de 1594 (fig. 1). Note-se, no entanto, que segundo a mesma narrativa mítica, em relação ao

Jardim, à medida que se se afastasse cada vez mais da Cidade, a Natureza tornava-se cada vez menos tocada por mão humana, acabando por se se entrar numa paisagem arquétipa conhecida por Arcádia, onde uma economia pastoral era praticada (Cosgrove, 1993, p. 293). Havia dois tipos de Arcádia descritas na literatura Clássica. Na primeira, de origem grega, a Arcádia é descrita como uma paisagem áspera, habitada por pessoas brutas que viviam em cavernas ou em cabanas rudes (Schama, 1995, p. 526-527); a segunda, desenvolvida mais tarde pelo romano Virgílio, por contraste, era um local idílico, de onde todas as coisas selvagens tinham sido banidas, e cheio de árvores, fontes, ribeiros e uma eterna Primavera, e separada de outros lugares por um bosque (Schama, 1995, p. 528-529; Mulinacci, 1999, p. 33). Foi este último tipo de Arcádia que foi adoptado pelos Europeus no século XVI, em particular graças ao livro *Arcadia* de Sannazaro, publicado em 1519 (Schama, 1995, p. 531) e cuja influência é igualmente visível na literatura Arcádica portuguesa (Mulinacci, 1999). Olhando para o que estava a acontecer nas Carvalheiras, em Braga, podemos encontrar algumas das características da paisagem arcádica: uma área isolada e cercada de árvores, com uma fonte a meio, estando, além disso, fora da Cidade. Somente o ribeiro e a “Primavera Eterna” parecem estar em falta, mas a pouca distância, para sul, fluíam as águas do rio Deste acerca das quais o arcebispo D. Rodrigo da Cunha escreveria poucos anos depois que elas fazem os campos “aprazíveis à vista e os torna com as flores (...) numa alegre e perpétua Primavera” (1634-35, p. 27). Assim, parece que todos os elementos da Arcádia estavam presentes. Porque estava então este espaço a ser transformado numa Arcádia?

O carácter edénico da Arcádia, com as suas próprias leis, independente dos problemas que afectavam a sociedade humana, era visto pelas pessoas como um abrigo ideal com efeitos terapêuticos sobre as ansiedades do



3. Imagem de Braga de c. 1757. A área das Carvalheiras está assinalada com um círculo.

presente (Cosgrove, 1993, p. 296; Mulinacci, 1999, p. 104-105). Assim, com todas as ansiedades envolvendo a degradação do estatuto de Braga na década de 1620, pode-se compreender melhor porque é que se procurou criar um lugar de refúgio temporário e de idílio pastoral. E as pessoas que frequentavam este espaço certamente passavam aí um período de tempo considerável apreciando o ambiente, sentados nos bancos que se sabe terem existido em redor da fonte (*Tombo Bens Câmara*, 1737, fl. 101v). Mais, chegou mesmo a abrir-se uma nova porta para esta área através da muralha da Cidade, em frente à capela de S. Sebastião (*Livro Actas Câmara*, Cx. 16, lv. 33, fl. 52). Esta ligação mais directa entre a Arcádia e o interior da Cidade constitui outra indicação de uma intenção de se fazer uso frequente dela².

O PASSADO ROMANO

Mas houve também outra razão para a construção desta Arcádia. Em todos os mapas de Braga posteriores a 1594, é possível ver entre as árvores das Carvalheiras uma lápide quadrangular (figs. 2 e 3). Esta lápide já lá estava antes do século XVI e era utilizada como mesa durante as festividades do S. João para lá colocar pequenos cestos de fruta que eram entregues mais tarde aos cavaleiros que tinham participado na caça do porco preto (Belino, 1895, p. 134), no que parece ter sido um ritual de fertilidade e abundância. No início do século XVII, a cerimónia dos cestos de fruta já tinha sido abandonada (ibid., p. 134), talvez por causa da Reforma Católica, mas a lápide por lá permaneceu.

2. Havia então outra porta numa das torres dessa área, como se pode ver no mapa de 1594. Esta porta foi construída em 1581 (sendo mais pequena que a que está representada, uma vez que é referida como sendo um postigo, ou seja, uma porta pequena) e era utilizada para servir as latrinas que foram construídas nessa torre (Arquivo Municipal 1970: 400). Obviamente, em tais circunstâncias, esta porta não era a mais apropriada para fazer uma ligação entre a Cidade e as Carvalheiras.

O que é interessante acerca desta lápide é que ela é de origem romana e era localmente considerada como a mais velha insígnia de Braga, dado que a sua inscrição continha o nome romano da cidade (Figueiredo, 1723-24, fl. 4; *Tombo Bens Câmara*, 1737, fl. 101v). Não pude apurar se esta tradição datava já da Idade Média, ou resultou da intervenção dos humanistas do século XVI, não obstante, o que interessa é que no início do século XVII era considerada uma insígnia de Braga. Segundo D. Luís Figueiredo, em 1625, a Câmara, após tomar a decisão de construir uma fonte nas Carvalheiras, também decidiu talhar de novo as letras da inscrição da lápide que lá se encontrava, dado estarem bastante gastas (1723-24, fl. 4v), podendo-se ver nestas acções simultâneas uma ligação entre elas. Quanto à inscrição que a Câmara mandou fazer – BRACARA AUGUSTA FIDELIS ET ANTIQUA (que eram os títulos de Braga em 1625) – foi colocada não na face superior da lápide, onde se situava a inscrição original, mas sim nos seus quatro lados, tendo cada um deles uma das palavras (ibid., fl. 4-4v). Esta inscrição não era uma representação autêntica da original – BRACARA AUGUSTA –, dado que os dois últimos adjectivos – FIDELIS ET ANTIQUA – eram posteriores à época romana (Argote, 1732, p. 232). Não obstante, é perceptível a intenção da Braga de 1625 forjar uma ligação com o passado romano. Qual era então o propósito de inserir esta lápide nesta nova Arcádia?

Embora se possa argumentar que a cosmologia de Braga estava organizada segundo as suas paisagens arquétipas de Cidade, Jardim e Ermo, todas elas estavam, no entanto, inseridas num padrão de tempo cíclico dentro do qual o valor positivo ou negativo de cada uma delas variava segundo a sua posição numa fase ascendente ou descendente do ciclo (Cosgrove, 1993, p. 297). Assim, a Cidade podia ser vista a certa altura como o pináculo da vida civil e noutra como um lugar de corrupção, gula e violência, ao passo que o

Ermo poderia ser o local da natureza rude ou a vibrante semente da vida social (ibid., p. 297-298). Desta forma, sempre que o ciclo estava descendente e próximo do seu termo, uma certa dose de sofrimento estava reservada à humanidade, isto é, aos membros de um certo grupo (Eliade, 2000, p. 144), que neste caso eram os habitantes de Braga. Dado que o estatuto de Braga estava a degradar-se, os seus habitantes tinham a percepção que a própria Cidade também estava a decair. Nestas circunstâncias, o Jardim (em particular a Arcádia, que era simbolicamente a área do Jardim mais afastada da Cidade) acabava por ser mais virtuoso que a Cidade dado que não estava corrompido pela humanidade; como tal, esta área tornou-se a semente de uma nova vida social, de uma nova Cidade que emergiria assim que o ciclo estivesse completo. É aqui que entra a lápide romana. Sendo a insígnia da cidade romana torna-se como tal a sua representante. Estava igualmente na área onde, segundo o mapa de 1594, o fórum da cidade romana, ou mais precisamente, o seu centro cósmico, estava. Ora, a cidade romana estava associada ao início de Braga, quando a cidade era vista como estando mais próxima da perfeição, dado que estava no início do ciclo. Assim, pondo tudo isto junto, argumento que a lápide romana era *a semente* de uma nova Cidade. A sua forma quadrada simbolizava a ideia de estabilidade, de um universo criado em oposição ao Ermo (sobre o simbolismo da forma quadrada vd. Chevalier e Gheerbrant, 1994, p. 548-550). A sua lápide, através da sua dureza, fazia referência à ideia do absoluto, do sagrado (sobre o simbolismo da pedra vd. Eliade, 2002, p. 164). Quanto às suas palavras, uma vez

que foi através da Palavra que Deus criou o mundo, elas continham a essência de Braga como uma potência à espera de ser recriada. A integração desta lápide na Arcádia era, como tal, uma forma de assegurar a rápida e saudável recriação de uma nova Cidade. Os habitantes de Braga que se dirigiam à fonte para obter alguma água ou simplesmente sentar-se em redor dela podiam também contribuir para este processo. Note-se que no detalhado mapa de c. 1757, a lápide romana estava num terraço acima da fonte, o que a tornava, bem como à inscrição, visível a quem quer que estivesse perto dela. Qualquer pessoa que se se aproximasse da lápide a partir da fonte, curiosa em ler a inscrição que estava gravada nos seus quatro lados, seria forçada a andar em círculo em redor dela. Desta forma, um ritual circum-ambulatorio seria executado, santificando e assegurando a potencial harmonia deste Mundo (sobre o simbolismo dos rituais de circum-ambulação vd. Chevalier e Gheerbrant, 1994, p. 205).

CONCLUSÃO

Resumindo, o programa arcádico pode ser visto como o resultado de uma crise de identidade relativamente ao papel de Braga e Portugal numa monarquia que estava a suprimir as suas identidades e a tornar-se cada vez mais espanhola. Há neste programa um desejo de cortar com o presente e regressar a um passado idealizado, como parte de uma reacção que emerge nas décadas de 1620 e 1630 em Portugal e que iria levar a um corte com a Espanha em 1640.

ICONOGRAFIA

NOVA BRACARAE AUGUSTA DESCRIPTIO (1594). In Braun, G., *Civitas Orbis Terrarum*, volume V, fl. 3.

MAPPA DA CIDADE DE BRAGA PRIMAS (c. 1757). Biblioteca Nacional da Ajuda, Lisboa.

BRAGA (c. 1694). In *Forum*, 15/16, p. 23, Braga: Universidade do Minho.

BIBLIOGRAFIA

ARGOTE, J. C. (1732) – *Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga*, tomo 1. Lisboa Occidental: Of. de Joseph António da Sylva.

Arquivo Municipal (1970). *Bracara Augusta*. Braga. XXIV, p. 284-435. *Cartas Arcebispos e Cabido* [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Municipal de Braga, Braga, Portugal. 26.

BELINO, A. (1895) – *Letireiros e Inscricções da Cidade de Braga*. Porto: Typographia Occidental.

CHEVALIER, J. e GHEERBRANT A. (1994) – *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Teorema.

COSGROVE, D. (1993) – *Landscapes and Myths, Gods and Humans*. In BENDER, B., ed.- *Landscape. Politics and Perspectives*. Oxford: Berg, p. 281-306.

CUNHA, R. (1634-35) – *História Ecclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Braga: [s.n.], edição facsimile de 1989.

ELIADE, M. (2000) – *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70.

ELIADE, M. (2002) – *O Sagrado e o Profano. A essência da religião*. Lisboa: Livros do Brasil.

FIGUEIREDO, L. – *Notícias do Arcebispado de Braga* [Manuscrito]. 1723-24. Acessível na Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, Portugal. Reservados, cod. 143.

Livro Actas Câmara [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Municipal de Braga, Braga, Portugal. Cx. 16, lv. 33, fl. 52.

MULINACCI, R. (1999) – *Do Palimpsesto ao Texto. A Novela Pastoral Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

PORTOCARRERO, G. (2010) – *Braga na Idade Moderna: paisagem e memória*. Arkeos 27. Tomar: CEIPHAR.

SCHAMA, S. (1995) – *Landscape and Memory*. London: HarperCollins.

Tombo Bens Câmara [Manuscrito]. 1737. Acessível no Arquivo Municipal de Braga, Braga, Portugal. Fl. 101v.